

ONGs protestam contra mudanças na lei ambiental

*Especialistas temem que
possíveis alterações
levem legislação
a perder eficácia*

LÍGIA FORMENTI

Organizações não-governamentais iniciaram formalmente ontem os protestos contra as possíveis alterações da Lei de Crimes Ambientais, cuja votação está prevista para terça-feira. O projeto, de autoria do Poder Executivo, contém 90 artigos. Mas, há três dias, em uma reunião entre representantes do governo, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), bancada evangélica da Câmara dos Deputados e Confederação Nacional das Indústrias (CNI), teria sido firmado um acordo para que 35 itens fossem rejeitados ou sofressem o veto presidencial. Especialistas acreditam que, assim, a lei perderá sua eficácia.

"Não podemos deixar que isso aconteça", afirmou o secretário-executivo do Instituto Socioambiental, João Paulo Capobianco. Ontem, a organização tentou entrar em contato com o relator do projeto, deputado Luciano Pizato (PFL-PR), que está no exterior. "Vamos pedir o adiamento da votação." A intenção é que o projeto seja aprovado na íntegra.

Das 35 alterações previstas, 20 seriam rejeitadas pela Câmara e 10 seriam vetadas pelo presidente. As mudanças, de acordo com Capobianco, são estruturais. "Eles foram muito perspicazes: mantiveram a previsão de vários crimes mas retiraram os instrumentos para a punição."

São vários os exemplos. Segundo Capobianco, no acordo ficou acertada a rejeição de incisos do artigo 25, que prevêem e liquidação forçada e perda de bens das pessoas jurídicas que cometem crimes ambientais. Não seria aprovada também parte do artigo 27. O dispositivo prevê que a empresa condenada não poderá receber subsídios do Poder Público. O item que fixa o valor dia-multa ao equivalente a um dia do faturamento da empresa também seria rejeitado.

"Do que adianta descrever um crime se as punições mais severas são rejeitadas?", argumenta. O projeto foi preparado no governo de Itamar Franco. Elogiado por ambientalistas, foi aprovado em abril de 1995 pela Câmara e, em julho de 1997, no Senado, com poucas alterações.

"Não podemos aceitar um trato feito a portas fechadas." Para Capobianco, haverá grande retrocesso se o acordo for concretizado. "As empresas já estavam esperando a aprovação de uma lei mais severa", disse. "Se as alterações forem feitas, Câmara e governo estarão dando carta branca para que elas continuem degradando, poluindo e devastando."

24/11/98
129

A-8